

São Paulo, 26 de fevereiro de 2015.

NOTA AOS TRANSPORTADORES AUTÔNOMOS

Na noite desta quarta-feira (dia 25) a UNICAM apresentou ao Governo Federal algumas propostas tidas como necessárias para a regularização do setor de autônomos e impulso do crescimento da categoria, muito embora já tivesse sido anunciada pela mídia a proposta apresentada pelo Ministro Miguel Rosseto. Os pontos abordados pela UNICAM foram os seguintes:

a) PROCAMINHONEIRO:

- 1º) financiamento efetivo pelo prazo de 120 meses;
- 2º) não exigência de sinal para a obtenção do financiamento;
- 3º) garantia do empréstimo por meio do fundo garantidor, por opção do transportador autônomo;
- 4º) manutenção dos juros nos percentuais anteriores (4,5% a.a.);
- 5º) presença de representante do segmento nos comitês avaliadores das instituições financeiras, bem como do BNDES, para apreciação dos pedidos de financiamento e verificação das negativas de empréstimos;
- 6º) suspensão imediata da atuação de instituição financeira que não respeite as regras próprias do programa, quando constata a situação e imediatamente denunciada ao BNDES;
- 7º) descredenciamento da instituição financeira que desrespeitar as regras próprias do programa procaminhoneiro, ficando impossibilitada de atuar como agente do BNDES.

b) REGISTRO RNTRC:

- 1º) fixação, pela ANTT, do valor da taxa cobrada pelo cadastramento ou recadastramento dos transportadores *(há casos em que os autônomos chegam a pagar até R\$ 2.000,00 pela realização do registro)*.

c) VALORES DOS FRETES:

- 1º) fretes com preços administrados pelo Governo Federal, através da ANTT; b) acompanhamento da política de implementação de administração dos fretes feito com a participação de membros da categoria.

O acordo celebrado pelas entidades representativas de autônomos, na reunião realizada no Ministério do Transporte, que não contou com a participação de membros da UNICAM, quanto à questão da prorrogação de pagamento, por um ano, das prestações dos financiamentos procaminhoneiro, em nada atinge a categoria, pois o transportador autônomo, de fato, jamais conseguiu ter acesso efetivo ao programa.

As demais medidas contidas no pacote acordado entre Governo e entidades representativas do setor presentes na reunião de ontem (dia 25), não representam novas conquistas, pois todas elas já se encontravam presentes em projeto de lei aprovado por ambas casas legislativas, aguardando sanção presidencial que, indiscutivelmente, aconteceria.

O principal pleito que gerou a paralisação espontânea que se instalou nos últimos dias no País deixou de ser atendido. A elaboração de “tabela de fretes referencial” não terá, como nunca teve, efetividade.

O que parece é que os interlocutores das negociações firmadas na tarde de ontem (dia 25) **não conseguiram decifrar e entender a linguagem do caminhoneiro quanto à questão: quando o autônomo pede uma “tabela” o que ele quer é a efetividade de seu cumprimento. SOMENTE UMA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO DE FRETES POR PARTE DO GOVERNO FEDERAL, ATRAVÉS DA ANTT, PODERÁ RESOLVER A QUESTÃO!**

Embora as paralisações tenham surgido espontaneamente por manifestação de empresários e transportadores autônomos, não poderíamos nos furtar a apresentar nossa opinião. **ESSA É A NOSSA POSIÇÃO.**

Atenciosamente,



José Araújo Silva - China